



## Comitê de Representantes

Aprovada na 1099ª sessão

ALADI/CR/Ata 1096  
1º de dezembro de 2010  
Hora: 10h05m às 11h15m

### ATA DA 1096ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 1090ª, 1091ª, 1092ª e 1093ª sessões.
4. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.
  - V Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias (ALADI/RN.RRSC/V/Relatório).
  - V Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/RN.RRS/V/Relatório).
5. Relatório sobre a Missão Técnica do Governo da Nicarágua à Associação.
  - Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Solicitação de Adesão da República de Nicarágua.
  - Relatório da Secretaria-Geral.
6. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e de Assuntos Institucionais (ALADI/CR/di 3272 e ALADI/CR/PA 148 e 149).

7. Relatório sobre a participação da ALADI na Semana Nacional PMEs MÉXICO 2010.
8. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de Apoio aos PMDERs (ALADI/CR/di 3277).
9. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos.
10. Assuntos diversos.
  - O Secretário-Geral informa sobre a Quinta Reunião do Comitê Ibero-Americano de Nomenclatura, do Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduana da América Latina, Espanha e Portugal (COMALEP).

---

Preside:

MARÍA CLARA ISAZA MERCHÁN

Assistem: Federico Villegas e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina), Salvador Ric Riera, Jenny Encinas (Bolívia); José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, André Saboia Martins, George de Oliveira Marques, Henrique Choer Moraes e Maurício Alves Da Costa (Brasil), Constanza Alegría Pacull (Chile), María Clara Isaza Merchán (Colômbia), Mirna Martínez Ajuria (Cuba), René Fernández Miño e Ivonne Flores Espinoza (Equador), Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero, Jorge Fernando Anaya González (México), Raúl Cano Ricciardi, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai), Jorge Tello e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), Julio Chirino Rodríguez, Luis Alejandro Sauce Navarro e Cecilio Crespo (Venezuela), Carolina Giménez (Costa Rica), Digna M. Donado (Panamá).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarríbia

Subsecretários: Ricardo Hartstein, Oscar Quina Truffa

---

PRESIDENTE. Bom dia a todos.

Damos início a nossa sessão do dia de hoje.

1. Aprovação do Ordem do Dia.

...Submeto à consideração a Ordem do Dia.

Não havendo observações aprova-se.

## 2. Assuntos em Pauta.

...Desejaria oferecer a palavra ao senhor Secretário-Geral para que nos informe sobre os Assuntos em Pauta. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado.

Obrigado, Presidenta. No documento que consta da pasta dos Representantes figuram as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada nesta sessão, dos quais corresponde destacar:

Contribuição da República do Peru pela quantia de US\$ 158.473,78, correspondente ao cancelamento da contribuição de 2006, por US\$ 43.503,00 e como parte da contribuição do ano 2007, por US\$ 114.970,78. Com data 29 de novembro ingressou um novo pagamento da República do Peru pela quantia de US\$ 13.566,22, correspondente ao pagamento de parte da contribuição do ano 2007. Muito agradecemos a contribuição.

Nota da Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, comunicando que o Presidente da República Federativa do Brasil resolveu promover a Otávio Brandelli ao cargo de Ministro. Solicitamos à Delegação do Brasil transmitir-lhe nossas congratulações.

Nota da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, pela qual comunica a designação do Primeiro-Secretário Renato Pinheiro do Amaral Gurgel, que assume funções em janeiro de 2011.

Nota recebida da Embaixada da República Popular China no Uruguai, pela qual solicita fazer gestões perante o Comitê de Representantes para a acreditação do Embaixador Qu Shengwu como Representante Observador junto à ALADI. Na data a ser coordenada se realizará a incorporação do Embaixador como Representante Permanente da República Popular China junto a este Comitê.

Obrigado, Presidenta.

### "Designações e término de funções"

1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 206, de 15/11/2010.

Comunica designação do Primeiro-Secretário Renato Pinheiro do Amaral Gurgel, que assumirá suas funções em janeiro de 2011.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 213, de 24/11/2010.

Comunica que, por Decreto de 22 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 23 de novembro de 2010, o Presidente da República Federativa do Brasil resolveu promover Otávio Brandelli para o cargo de Ministro de Segunda Classe.

3. Embaixada da República Popular China no Uruguai. Nota N° 176/2010, de 26/11/2010.

Solicita fazer gestões junto ao Comitê de Representantes a para acreditação do Embaixador Qu Shengwu como Representante Observador junto à ALADI.

### Contribuições recebidas para o orçamento da Associação

1. Peru. Transferência bancária pela quantia de US\$ 158.473,78, correspondente ao cancelamento do saldo da contribuição do ano 2006, pela quantia e US\$ 43.503,00. e como parte da contribuição do ano 2007 a quantia de US\$ 114.970,78.

### Vigência de Acordos

1. Representação Permanente da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota Nº 166/10, de 16/11/2010.

Comunica que a Argentina cumpriu com os requisitos de incorporação à ordem jurídica interna do Décimo Sétimo e do Décimo Oitavo Protocolos Adicionais ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia.

Foi publicado como ALADI/CR/di 3268.

### Notas

1. Tribunal de Justiça da Comunidade Andina. Ofício Nº 453 SG-TJCA-2010, de 26/10/2010.

Envia as conclusões emanadas do Segundo Encontro de Magistrados do Tribunal de Justiça da Comunidade Andina, do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL e dos Organismos Jurisdicionais Nacionais dos países-membros da Comunidade Andina e do MERCOSUL.

Foi comunicado às Representações Permanentes por nota ALADI/SUBSE-LC 362/10, de 4/11/2010.

### Convites

1. Centro Latino-Americano para as Relações com a Europa (CELARE). Comunicação de 13/11/2010. Convida o Secretário-Geral a participar do Seminário "A Agricultura Familiar no MERCOSUL ampliado e o Acordo com a União Européia: Ameaça ou oportunidade" (Edifício MERCOSUL, 1-2.12.2010).

2. Nações Unidas. Nota STAT 151 (42), de 05/11/2010. Convida para a "42a. Sessão da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas" (Nova Iorque, Estados Unidos - 22-25.02.2010).

3. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nota Nº 86-17-115, recebida com data 4/11/2010. Convida a ALADI a participar como Observador na "17a. Reunião Regional Americana" (Santiago do Chile - Chile, 14 a 17.12.2010).

4. Organização Mundial de Aduanas (OMA). Nota Nº 137F, recebida com data 19/10/2010. Convida a Secretaria-Geral à Nona Reunião do Comitê de Gestão da Convenção de Kyoto (Bruxelas, Bélgica - 1-2.12.2010).

5. Organização Mundial de Aduanas (OMA). Nota Nº 141F, recebida com data 16/11/2010. Convida a Secretaria-Geral à Duodécima Reunião do Comitê de Gestão da Convenção Aduaneira relativa a Containers (Bruxelas, Bélgica - 29-30.11.2010).

### Documentos publicados

1. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e de Assuntos Institucionais (ALADI/CR/di 3272).

2. Relatório Final da Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime Geral de Origem (ALADI/RN.RGO/V/Relatório).

3. Relatório Final da Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/RN.RRS/V/Relatório).

4. Relatório Mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária – Janeiro - Outubro 2010 (ALADI/SEC/di 2378).

5. Relatório da situação financeira da Associação em 31 de outubro de 2010 (ALADI/SEC/di 2379).”

3. Consideração das atas correspondentes às 1090<sup>a</sup>, 1091<sup>a</sup>, 1092<sup>a</sup> e 1093<sup>a</sup> sessões

PRESIDENTA. Não havendo observações passamos ao ponto 3 “Considerações das atas correspondentes às sessões 1090, 1091, 1092 e 1093. Tem a palavra a delegação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Muito obrigada, Presidenta. Bom dia.

Em relação a esta ata 1091, temos uma sugestão. Como esta sessão extraordinária se realizou no âmbito de uma Reunião da Comissão de Coordenação da Conferência de Avaliação e Convergência, então, na ata é reproduzido o intercâmbio mantido em relação com esta peculiaridade, isto é, que a Reunião constituiu-se momentaneamente no Comitê de Representantes para atender o pronunciamento dos países em relação à situação existente nesse momento no Equador.

Portanto, minha sugestão é dar uma explicação para entender que esta Ata está dentro, ou seja, o que aconteceu efetivamente ou, caso contrário, eliminar o intercâmbio e que somente esteja o que efetivamente foi uma Reunião Extraordinária do Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação de Cuba. Talvez a fórmula seria fazer uma ata sem os comentários realizados no esquema da Reunião da Conferência porque, na verdade, o que deveríamos registrar aqui é a Resolução sobre a situação no Equador.

Os senhores estão de acordo?

Tem a palavra a delegação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidenta. É para referir-me à ata 1090. Somente queria mencionar que temos alguns ajustes de forma, que enviaremos à Secretaria. Não há nenhum problema. Obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação da Bolívia. Toma-se nota e serão feitas as correções correspondentes para, finalmente, distribuí-la.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Em relação à 1091<sup>a</sup> sessão extraordinária do Comitê, manifesto que foi muito interessante, mas não compreendi totalmente. Há uma nota, um asterisco que diz: “Constituída no âmbito da Terceira Reunião da Comissão de Coordenação do Primeiro Período de Sessões Ordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência.” Há um pé de página. Com isso é suficiente ou desejam acrescentar algo a mais?

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Muito obrigada, Secretário-Geral, mas, inclusive levando em consideração esse pé de página, nossa sugestão seria eliminar o intercâmbio para que a ata mantivesse o peso fundamental no fato pelo qual constituiu-se a Reunião Extraordinária do Comitê de Representantes, que foi o pronunciamento sobre a situação do Equador e que esta ata ficasse, unicamente, como uma Reunião Extraordinária

do Comitê de Representantes em relação ao fato em questão. Essa foi a proposta. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação de Cuba.

SECRETÁRIO-GERAL. Vamos estudar a parte legal e vamos procurar satisfazer o pedido de Cuba e apresentaremos uma proposta para a próxima sessão.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Secretário. Então, esta ata fica pendente para nossa próxima sessão.

Alguma outra observação sobre as atas?

Portanto, ficariam aprovadas as atas 1090, 1092 e 1093, e a 1090 com as indicações de forma da Bolívia.

#### 4. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas

- V Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias (ALADI/RN.RRSC/V/Relatório)
- V Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/RN.RRS/V/Relatório)

...Passamos ao quarto ponto: Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, sobre a V Reunião de Negociação, sobre o Regime Regional de Solução de Controvérsias, e a V Reunião de Negociação sobre o Regime Regional de Salvaguardas. Desejo oferecer a palavra à Representante Alternata do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidenta. Bom dia. Efetivamente nos dias passados se realizaram duas reuniões de negociações, a de Solução de Controvérsias, nos dias 3 a 5 de novembro. Esta foi a Quinta Reunião de Negociação do Regime Regional de Solução de Controvérsias, os relatórios estão em suas pastas. Foram realizados bastantes avanços. Ficam alguns artigos sobre os quais é necessário aproximar posições, que estão claramente definidas no Relatório.

O instrumento jurídico que devia ser assinado foi um tema que o Grupo de Trabalho tinha determinado que devia ser discutido no Grupo de Trabalho e não no Grupo de Negociação. Isto é, o Grupo de Trabalho tinha a obrigação, se se deseja dizer de alguma forma, de facilitar o trabalho dos negociadores no sentido de liderá-lo, além do tema, de discutir o instrumento jurídico que devia ser assinado. Os negociadores, igualmente, pronunciaram-se sobre o que consideravam podia ser o mais apropriado nesta Reunião. A maioria das delegações coincidiram na necessidade de que o instrumento a ser assinado tivesse o formato de um acordo internacional, a diferença de outra posição que dizia que podia ser através de uma Resolução do Comitê.

Em relação ao Tratamento Especial e Diferenciado no Regime os PMDERs, precisamente, com o apoio de Cuba ficaram em apresentar uma proposta de tratamento para a próxima reunião. É importante salientar que como já estavam aproximando-se bastante as posições, tanto em um como o no outro grupo de negociação, foi feita uma solicitação, de forma encarecida, aos negociadores que para a próxima reunião viessem com instruções bem claras da capital, para poder tomar decisões no que se refere à eliminação de colchetes.

O Grupo também recomendou uma sexta Reunião de negociação a ser realizada entre 30 de março e 1º de abril de 2011 e estimou-se que seriam necessárias pelos menos duas reuniões durante o ano 2011.

Posteriormente, cabe assinalar que no contexto do Grupo de Trabalho a Secretaria-Geral reuniu-se com o Grupo de Trabalho e informou-nos, de forma pormenorizada, os registrados nesta Reunião e tivemos a oportunidade de discutir, em alguns casos, artigo por artigo, nos pontos onde não havia consenso, onde havia, aparentemente, algum conflito maior que em outras áreas.

Pretendemos continuar utilizando este mecanismo nas próximas reuniões de negociação. Portanto, como poderão observar na reunião de Salvaguardas fizemos, exatamente, o mesmo e tivemos o apoio da Secretaria que nos explicou porque, embora a maioria as Representações não possam assistir a estas reuniões de negociações, é importante poder fazer um acompanhamento apropriado. Isto, no que se refere ao Regime de Solução de Controvérsias.

No referente à Quinta Reunião de Negociação do Regime Regional de Salvaguardas, efetuou-se em 22 e 23 de novembro e, neste caso, corresponde assinalar que, como consta do Relatório, no início dos trabalhos, a delegação do Equador entregou um escrito à Coordenação de uma nota que está aqui identificada, intitulada: Observações do Equador ao documento ALADI/CR/di 3230 e o documento informal 1009 e solicitação ao Comitê de Representantes no âmbito da Quinta Reunião de Negociação sobre o Regime de Salvaguardas.

Isto está relacionado com as novas formas de salvaguardas propostas em algum momento e que neste minuto estão radicadas na Conferência de Avaliação e Convergência. Posteriormente continuou-se trabalhando sobre o texto que ficou da reunião anterior. Foram feitos alguns avanços, mas ficaram pendentes os artigos relacionados com o tratamento especial e diferenciado aos PMDERs.

Nesse sentido, as delegações sugeriram fazer a próxima reunião durante a segunda quinzena de maio, mas também foi feita uma solicitação especial aos negociadores para que viessem com suficiente mandato para eliminar os colchetes, mas, além de qualquer tipo de contribuição, por favor, que fosse enviado o mais tardar 30 dias antes da seguinte reunião, para assim poder, as demais delegações, ter tempo suficiente para conhecê-la e estudá-la. Cabe assinalar que neste caso também está aberto o fórum virtual, portanto, também pode fazer-se uso dele. Bom, como lhes explicava, depois tivemos uma Reunião com pessoal da Secretaria, que esteve a cargo da coordenação desta Reunião de Negociação com o Grupo de Trabalho e também pudemos receber suas impressões e os detalhes técnicos do que foi esta negociação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Chile. Têm a palavra os senhores delegados.

A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, manifestar que lamentavelmente por várias semanas não pude participar das reuniões, por problemas de saúde e não pude estar nas reuniões anteriores. Também desejo pedir desculpas ao Secretário-Geral devido a que tampouco pude participar de um ato realizado na semana, porque para mim são muito importantes esse tipo de atos.

Por outro lado, minha Representação tem uma preocupação pela resposta da Chancelaria e está muito preocupada pela forma dilatada em que está sendo levada a Comissão de Coordenação da Conferência de Avaliação e Convergência, principalmente porque nela consta o segundo ponto, as Cláusulas de Salvaguardas que é o que nós queríamos, de forma específica e temos muito interesse, se possível, que seja discutido para chegar a um acordo, a um consenso, razão pela qual, Presidenta, não sei se seria o apropriado.

Sugeriríamos que para a próxima reunião deste Comitê, duas vezes paralisado, fosse alterada a Ordem do Dia e colocada a cláusula de salvaguarda em primeira instância e, além disso, são temas possivelmente menos polêmicos para poder continuar.

Isso é tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do Equador. Está a consideração das delegações esta proposta. Porém, não estando o Presidente da Comissão de Coordenação da Conferência de Avaliação e Convergência, talvez seria apropriado, se a delegação do Equador pode, conversar diretamente com o Presidente da Reunião e acordar para a próxima sessão na Ordem do Dia que for tratada nesse momento.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Obrigada, Presidenta. Se a senhora considera este *modus operandi*, que ademais considero mais ágil, eu pessoalmente conversarei com o Representante do Uruguai para informar-lhe sobre esta preocupação para que, se ele pode, altere a Ordem do Dia.

Estava faltando-me, e aproveito esta oportunidade, não sei exatamente se é a Secretaria quem deve dar-nos uma resposta à nota que enviamos, que assinalou a Coordenadora do Chile.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Secretaria.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Obrigado, Presidenta. A nota foi respondida à Representação do Equador, indicando-lhe a situação em que se encontra o tema.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Sim, indubitavelmente, estou falando um pouco a cegas. O que me informam é desta segunda nota que foi enviada este mês, não? Há outra nota não foi respondida, mas, de qualquer maneira é um tema que posso revisá-lo tranquilamente. Caso houver algo me comunicarei com a Secretaria. Não desejo fazer polemizar mais, porque não tenho os elementos suficientes. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Representação do Equador. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Em primeiro lugar, Presidenta, o mais importante é que está bem de saúde o Representante do Equador e não deve pedir desculpas de maneira alguma e estamos dispostos a cooperar com isto quando ele indique.

PRESIDENTA. Não havendo outros comentários sobre este ponto passamos, ao ponto 5.

5. Relatório sobre a Missão Técnica do Governo da Nicarágua à Associação.

- Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Solicitação de Adesão da República da Nicarágua.
- Relatório da Secretaria-Geral

...Tem a palavra o Embaixador da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Muito obrigado, Presidenta. Informosobre a visita de uma missão técnica da República da Nicarágua à ALADI no contexto do processo de sua adesão ao Tratado de Montevidéu 1980.

A missão técnica visitou a Secretaria-Geral da ALADI nos dias 11 e 12 de novembro de 2010, cumprindo o contive feito ao Governo da Nicarágua, de acordo com o previsto no Relatório Final do Grupo de Trabalho encomendado a considerar seu pedido de adesão ao Tratado de Montevidéu 1980 e com os antecedentes existentes.

A delegação da Nicarágua esteve presidida por Jesús Bermúdez, Diretor Geral de Comércio Exterior de Ministério de Fomento, da Indústria e do Comércio e integrada por Patricia Cruz, Diretora de Integração Econômica e José Moreno, Chefe do Escritório de Solução de Controvérsias Institucionais e de Assuntos Jurídicos, ambos desse Ministerio. Outrossim, fez parte da delegação Lorena Martínez, Responsável da Direção da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

Seu objetivo foi a familiarização da Nicarágua com a ALADI e seus trabalhos, conhecer em maior medida a economia e o comércio exterior desse país, e revisar o processo de adesão ao TM80 em andamento. Para esses efeitos a Missão Técnica realizou reuniões de Trabalho com o Grupo mencionado e com a Secretaria-Geral.

Na Reunião do Grupo de Trabalho, a Embaixadora María Clara Isaza Merchán, Presidenta do Comitê de Representantes deu as boas-vindas aos delegados agradecendo sua presença na Secretaria-Geral e desejando-lhes muito sucesso em seus trabalhos técnicos. Outrossim, mencionou que por razões de força maior não pôde estar presente na Reunião .

O Secretário-Geral, Embaixador José Fernández Estigarribia agradeceu a visita e colocou-se à disposição dos delegados para colaborar e cooperar nos temas que considerem necessários.

A continuação a Coordenadora deu a palavra a Jesús Bermúdez, que expôs aspectos da política comercial de seu país, destacando que um dos principais objetivos da política exterior dessa nação é a integração latino-americana, e o objetivo da adesão ao TM80 é a ampliação do comércio com os países-membros da ALADI, a fim de obter uma fluída corrente comercial.

Desta maneira, Bermúdez forneceu informação sobre a estrutura tarifária da Nicarágua, suas relações com seus principais sócios comerciais e sobre seus incentivos às exportações, entre outros aspectos vinculados com a política comercial.

Outrossim, informou sobre suas relações com os demais países da América Central, e detalhou os tratados de livre comércio assinados e aqueles que estão em processo de negociação .

A seguir, agradeceram essa apresentação e algumas Representações solicitaram informação mais detalhada sobre diversos aspectos como a balança comercial da Nicarágua com outros países. A Delegação da Nicarágua tomou nota desses interesses e expressou que seria útil ter, também, informação similar dos países-membros e entregou à Secretaria-Geral, em suporte magnético, informação estatística, que foi enviada às Representações pela Secretaria-Geral.

Nos encontros com a Secretaria-Geral, esta explicou sua estrutura e forneceu informação sobre os trabalhos em andamento no referente aos mandatos do Conselho de Ministros e ao Programa de Atividades da ALADI.

A Missão Técnica se mostrou satisfeita com os resultados de sua visita e agradeceu a atenção dada pelas Representações dos países-membros e pela Secretaria-Geral.

Levando em conta que a Nicarágua já aceitou os requerimentos estabelecidos pelo Comitê de Representantes em sua Resolução 370 para sua adesão, o passo seguinte deverá ser a convocatória do Conselho de Ministros para considerar a solicitação nicaragüense e resolver a esse respeito, de acordo com as atribuições outorgadas na alínea l) do Artigo 30 do Tratado de Montevideu 1980.

Para esses fins o Comitê de Representantes deverá decidir oportunamente a data mais conveniente. É tudo, Presidenta. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Senhor Embaixador. Tem a palavra o Secretário-Geral para que nos informe também sobre as reuniões mantidas com a Missão Técnica e depois informarão as delegações.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta. Pela Secretaria informará o Doutor Fernando Suárez-Murias.

SECRETARIA (Fernando Suárez-Murias). Muito obrigada, senhora Presidenta. Em 12 de noviembre de 2010, a Secretaria-Geral realizou duas sessões de trabalho com a missão técnica da República da Nicarágua, para informar-lhes sobre a estrutura da Secretaria-Geral e os trabalhos que atualmente realiza.

Esses encontros estiveram presididos pelo Subsecretário Ricardo Harststein e participaram de forma consecutiva os Chefes de Departamentos e os funcionários da Secretaria-Geral. Pela Nicarágua estiveram presentes todos os integrantes da Missão Técnica, já mencionados pelo Embaixador Ric.

Nestas reuniões, a Secretaria-Geral procurou fornecer à delegação do Governo da Nicarágua a maior e mais útil informação com vistas à prevista adesão deste país ao TM80.

Forneceu, também, as respostas mais exatas possíveis às perguntas apresentadas pela Missão. Em particular, foram tratados os seguintes temas de especial relevância para um país aderente.

Os principais mandatos do Conselho de Ministros são: acesso aos mercados e às normas e disciplinas vinculadas a este; O fomento do setor produtivo e sua vinculação com o setor empresarial e trabalhista; a integração física e digital e a dimensão social da integração; o patrimônio da ALADI em matéria de informação estatística, especialmente os compromissos que assume um país-membro a esse respeito.

Considerou-se, também, o tratamento especial e diferenciado no contexto da ALADI, em particular com relação ao sistema de Apoio aos PMDERs. Conversou-se, também, sobre as convocatórias, os Trabalhos da Conferência de Avaliação e Convergência, o alcance dos Artigos 25 e 44 do TM80, com relação a seus compromissos no SICA e nos TLC assinados com países-membros e com terceiros países, a estrutura da Secretaria-Geral e as funções de cada uma de suas unidades organizativas. E, finalmente, entre outros aspectos, tratou-se o referente ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

A Missão técnica ficou satisfeita pelos resultados de seus trabalhos na ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada à Secretaria pelo relatório. Desejaria dar a oportunidade às delegação para fazer algum comentário.

Naõ havendo comentários, passamos ao ponto número 6.

6. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e de Assuntos Institucionais (ALADI/CR/di 3272 e ALADI/CR/PA 148 e 149).

...Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

A Comissão de Orçamento e de Assuntos Institucionais reuniu-se em sete ocasiões nos dias 13 de outubro, 1, 7, 16,18, 23 e 26 de novembro do presente ano, sob a Presidência do Representante Permanente do Paraguai, Embaixador Emilio Giménez.

Nessas reuniões foram tratados os seguintes temas:

Relatórios sobre a execução orçamentária, situação financeira da Associação e cumprimento do programa de atividades até 30 de setembro de 2010. A Comissão analisou os documentos ALADI/SEC/di 2372 e 2373 que detalham, de forma acumulada, os dados sobre a execução orçamentária e a situação financeira em 30 de setembro de 2010.

Foi analisado, ainda, o documento ALADI/SEC/di 2376 pelo qual, além da informação sobre o cumprimento do Programa de Atividades, foi incluída sua avaliação até 30 de setembro de 2010, como tinham solicitado algumas delegações.

A Secretaria-Geral respondeu as consultas realizadas pelos delegados e os relatórios foram aprovados.

O segundo ponto foi a transferência de créditos orçamentários: Serviços e Despesas de Funcionamento do Edifício - ALADI/SEC/Propuesta 317.

A maioria das despesas que se imputam ao subitem 3.2.1 – Serviços e Despesas de Funcionamento são pagas em moeda local e de forma semestral sofrem ajustamento de tarifas. A evolução do tipo de câmbio durante 2010 não foi favorável no momento de realizar a conversão em moeda nacional para imputar a despesa ao crédito aprovado. Cabe lembrar que a Secretaria, nas reuniões para a análise do Orçamento, tinha adiantado que para manter o Orçamento com variação zero, este e outros subitens tinham sofrido um incremento mínimo e poderiam requerer um esforço durante 2010.

Para atender as despesas necessárias de funcionamento do edifício para os meses de novembro e de dezembro, submete-se à consideração do Comitê de Representantes o documento ALADI/CR/PA 148 para transferir a quantia de US\$ 12.000 do Item I, que tem crédito disponível pelo não preenchimento de algumas vagas, para reforçar o subitem 3.2.1.

O ponto três é a transferência de créditos orçamentários: Conservação e Melhoramento do Edifício - ALADI/SEC/Propuesta 318.

Durante a execução 2010 surgiram algumas despesas não previstas pelos problemas que afetaram o tanque de combustível do sistema de aquecimento do edifício. Foram detetadas, também, perdas de água nos ramais do aquecimento no hall principal, bem como no primeiro andar. Por outro lado, está pendente a contratação do serviço de limpeza e manutenção da caldeira, bem como a pintura de alguns escritórios afetados por este problema e pela fiação informática.

Visando atender estas despesas, é apresentado para a consideração do Comitê de Representantes o documento ALADI/CR/PA 149 a fim de reforçar o subitem 3.2.2 pela quantia de US\$ 17.000, que serão tomados dos créditos remanescentes do Item 1. Por conseguinte, temos dois projetos de Acordo: o 148 e o 149.

O ponto quatro é Transferência de créditos orçamentários: Despesas do Tribunal Administrativo. Levando em conta a reclamação que estão fazendo, como é de público conhecimento, alguns funcionários da Secretaria-Geral, está prevista uma nova reunião dos membros do Tribunal. A Secretaria solicitou autorização para transferir a quantia de US\$ 2.500 do Item 1 para reforçar o Item 5.

A Comissão de Orçamento e de Assuntos Institucionais, em conformidade como segundo parágrafo do Artigo 18 da Resolução 358 do Comitê de Representantes, aprovou a mencionada transferência, e através deste relatório é levado ao conhecimento do Comitê de Representantes.

Outrossim, solicitou-se à Secretaria informar ao Comitê de Representantes a data, quando se conheça, em que se reunirá o Tribunal Administrativo.

Criação de um Fundo de Reserva Rotativo. A Comissão também trabalhou sobre a redação de um Projeto de Resolução para a criação de um Fundo de Reserva Rotativo que funcione de respaldo financeiro para os casos em que as contribuições dos países ao orçamento anual não forem suficientes para enfrentar as despesas comuns de funcionamento, particularmente durante o primeiros meses de cada ano fiscal.

Finalmente informar que está sendo analisada a Proposta de Orçamento por Programas para o ano 2011, dedicada ao estudo da mesma, para o qual foram analisados os documentos ALADI/SEC/Proposta 316 e 316/Rev.1 e 2. Essa análise foi complementada com o estudo dos documentos ALADI/SEC/di 2368 e 2369, e suas revisões, correspondentes ao perfil das atividades do Programa 2011 e à lista de reuniões de funcionários governamentais proposta para o próximo ano.

Desejara adiantar, também, que hoje pela manhã temos uma Reunião da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais e que fica toda a próxima semana para tratar de concluir o tema, levando em conta que deve ser aprovado pelo Comitê de Representantes em sua próxima reunião. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do Paraguai. Submetemos, portanto, à consideração o Projeto de Acordo 148, intitulado: Transferência de Créditos Orçamentários, Serviços, Despesas de Funcionamento do Edifício.

Não havendo observações, aprova-se e ficará registrado com o No. 319.

“ACORDO 319

TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS  
SERVIÇOS E DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO EDIFÍCIO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Tratado de Montevidéu 1980, Artigo 38, letra m), e o Artigo 18 do Anexo I da Resolução 358 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A necessidade de reforçar a parcela orçamentária para Serviços e Despesas de Funcionamento, pelo aumento de preços e diminuição da taxa de câmbio do dólar no período,

ACORDA:

Autorizar a Secretaria-Geral a reforçar o subitem 3.2.1 –Serviços e Despesas de Funcionamento, na quantia de US\$ 12.000,00, utilizando o crédito orçamentário do Item 1 – Retribuições e Custos de Pessoal.”

... Outrossim, submetemos à consideração o Projeto de Acordo 149, Transferência de Créditos Orçamentários, Despesas de Conservação e Melhoramento do Edifício.

Não havendo observações, aprova-se e será registrado como Acordo N° 320.

“ACORDO 320

TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS  
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DO EDIFÍCIO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Tratado de Montevidéu 1980, Artigo 38, letra m), e o Artigo 18 do Anexo I da Resolução 358 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A necessidade de reforçar a parcela orçamentária referente à manutenção do edifício, para as despesas demandadas pela reparação do sistema de aquecimento, incluindo um vazamento de água encontrado no primeiro andar, bem como o custo anual de manutenção da caldeira e a pintura de algumas salas,

ACORDA:

Autorizar a Secretaria-Geral a reforçar o subitem 3.2.2 – Conservação e Melhoramento do Edifício, na quantia de US\$ 17.000,00, utilizando o crédito orçamentário do Item 1 – Retribuições e Custos de Pessoal.”

Tem a palavra o Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Somente para dizer que no relatório havia um pedido à Secretaria-Geral de quando se reuniria o Tribunal Administrativo. Ficaria pendente isso. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigado, señor Representante. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Em relação ao pedido da Comissão de Orçamento, a Secretaria foi informada que o Tribunal se reuniria na terça-feira 7 de dezembro do presente ano e continuaria suas sessões na quarta-feira 8 de dezembro. Essa é a informação oficial que atualmente temos por nota desse Tribunal. Há um ato interlocutório no qual já foi fixada essa data. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Secretário-Geral.

7. Relatório sobre a participação da ALADI na Semana Nacional PeME MÉXICO 2010

...Passamos ao ponto seguinte, Relatório sobre a participação da ALADI na Semana Nacional PeME MEXICO 2010. Desejaria oferecer a palavra à Secretaria-Geral para que nos informe sobre a participação dessa reunião.

Informará Pablo Rabczuk.

SECRETARIA (Pablo Rabczuk). Obrigado, Presidente. Enquanto esteja dando minha informação aparecerão na tela algumas imagens de apoio sobre nossa presença na Semana PME como ajuda visual.

A ALADI com um estande institucional no evento empresarial mais importante do México, organizado pelo Governo Federal, a Semana PeME 2010 do Bicentenário da Independência e do Centenário da Revolução Mexicana, realizada de 1 a 5 de novembro passado no Centro Banamex da Cidade do México foi visitada por mais de 110.000 pessoas.

O estande da ALADI esteve localizado no Pavilhão de Oferta Exportável, no qual se ofereceram os serviços necessários para desenvolver projetos de exportação. Esse Pavilhão foi coordenado pela Direção da Oferta Exportável da Secretaria de Economia.

Nesses cinco dias o estande da ALADI foi o mais visitado dos 40 estandes que faziam parte desse Pavilhão com uma média de 600 consultas diárias, recebendo-se nos 5 dias que durou o evento mais de 4000 visitantes. Cabe mencionar que atualmente a Secretaria-Geral está trabalhando em quase uma centena de consultas adicionais recebidas que requeriam maior processamento da informação solicitadas pelos empresários.

No estande foi fornecida assistência técnica sobre oportunidades comerciais para os produtos mexicanos nos demais países da ALADI, a situação competitiva dos produtos mexicanos nos mercados da ALADI, a normativa do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, tanto geral como a interna aplicada pelo Banco do México, o uso do Sistema Integral de Informação e dos sites Web institucional e Pymeslatinas.org.

Vale a pena mencionar que pela quantidade de visitantes, a Universidade Autónoma de Durango nos facilitou 4 estagiários para colaborar no estande. No decorrer destes 5 dias foram entregues mais de 200 quilos de material informativo.

No âmbito da feira realizaram-se duas conferências: “Ferramentas ALADI de Apoio ao Exportador” e “Oportunidades comerciais para os produtos mexicanos na América Latina”.

Adicionalmente, foi dada uma terceira conferência na Associação de Empresários e Industriais do Estado do México, na cidade de Toluca, especialmente ditada para empresas do setor plástico, têxtil e construção, diretamente interessados em ampliar seus negócios com os países da ALADI.

Finalmente, a Direção de Oferta Exportável ofereceu a possibilidade de que no próximo ano a ALADI conte com um estande que triplique o obtido em 2010 e com maior destaque, pela demanda dos produtos e serviços oferecidos, bem como a cooperação para levar outras instâncias da ALADI ao México no próximo ano.

Nos próximos dias os senhores receberão o relatório oficial da Missão, sobre nossa participação da SEMANA PME como parte das atividades de promoção do comércio. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, senhor Rabczuk por este importante Relatório. Desejamos felicitar tanto o México como a ALADI por este evento, que nos entusiasma e reflete o interesse das empresas mexicanas em conhecer o trabalho da ALADI e em poder utilizar a informação que lhe fornecemos.

8. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema de Apoio aos PMDERs (ALADI/CR/di 3277).

...Passamos então ao seguinte ponto, Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de Apoio aos PMERs e vou dar a palavra à Representante Alternativa de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigada, Presidenta. O Grupo de Trabalho de Apoio aos PMDERs reuniu-se nos dias 26 de outubro, 4 e 24 de novembro, a fim de dar continuidade e cumprimento ao que constitui nossa agenda de Trabalho que surge, fundamentalmente, do cumprimento da Resolução 68 para o período imediato e médio prazo.

Neste sentido, nestas três reuniões estivemos discutindo um projeto de regulamento para o Fundo de Apoio aos PMDERs, que faz parte do Artigo Sexto da Resolução 68 (XV) do Conselho de Ministros.

Solicitaria à Secretaria a distribuição de um relatório sobre os antecedentes da conformação deste Fundo de Apoio, levando em conta que no Grupo de Trabalho discutimos a Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs. Além da própria análise do tema, teve como resultado a necessidade de trabalhar sobre o Fundo Especial de Apoio aos PMDERs, constituído mediante a Resolução 8 do Segundo Conselho de Ministros de 1984.

Depois, também foi levado em consideração, no Grupo de trabalho, o Acordo do Comitê de Representantes, desse mesmo ano 1984, sobre as normas de constituição e utilização deste Fundo. Igualmente, a Resolução 58 do Comitê de Representantes de 1986, depois este próprio projeto de Regulamento que foi retomado para ser trabalhado, a própria Resolução 68 (XV) na qual consta o trabalho sobre o Fundo que, tanto o Grupo de Trabalho como a Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs, entenderam que se trata do mesmo Fundo, e este projeto que acabamos de estudar e que estaria pronto para ser apresentado a esse Comitê, com observações recebidas de algumas delegações, em particular de três delegações que fizeram, em seu momento, considerações a este Regulamento, a seu conteúdo e que foram trabalhadas oportunamente pelo Grupo de Trabalho.

Desejo ressaltar que também acabamos de aprovar a Ata 1092 na qual o Grupo de Trabalho elaborou o relatório sobre a Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs, na qual foi tratado o trabalho sobre este Fundo criado pela Resolução 84, oportunamente aprovada pelo Comitê de Representantes.

Com estes elementos estaríamos submetendo à consideração do Comitê o trabalho realizado pelo Grupo. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação de Cuba. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidenta.

Em primeiro lugar, desejaria agradecer o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho e somente manifestar, de forma muito breve, que estamos participando com muito interesse das discussões no âmbito do Grupo em relação à implementação da Resolução (XV), em particular no referente à discussão das bases e características de um Fundo de Apoio aos PMDERs, tal como previsto na Resolução 68 (XV) do Conselho de Ministros, e é um tema que consideramos muito importante e pensamos que há pontos que ainda não foram esclarecidos em relação às características do Fundo, à sua forma de funcionamento e no referente a estes pontos consideramos importante esclarecer, inclusive para ter as instruções definitivas de nossa capital.

Mas, além disso, creio que já foi mencionado, em alguma sessão anterior, pelo Representante Permanente do Brasil, que este tema está vinculado com o que está sendo discutido na Comissão de Coordenação da Conferência de Avaliação e Convergência. Portanto, seria, talvez, útil continuar a discussão no Grupo de Trabalho. Nós participaremos com muito interesse e esperamos chegar, em breve, ao ponto em que tenhamos esclarecidas todas as dúvidas e estejamos em condições de continuar adiante com a implementação do previsto na Resolução 68 (XV). Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representante do Brasil.

Tem palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Muito obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, desejo agradecer à Coordenadora do Grupo de Trabalho pelo seu Relatório pormenorizado sobre as atividades que estamos realizando.

Em relação à proposta da Delegação do Brasil, nós entendimos que já tínhamos acordado, primeiro, que o Fundo estabelecido na Resolução 68 (XV) se referia ao Fundo aprovado na Resolução 8 da Segunda Reunião do Conselho de Ministros, mas, obviamente, entendemos a posição do Brasil.

Logicamente que estaríamos em condições de trabalhar no Grupo de Trabalho, mas minha delegação não considera conveniente que passe à Comissão de Coordenação da Conferência de Avaliação e Convergência, por uma simples razão, o Plano de Ação está elaborado para os próximos dois anos. Na realidade era para o ano 2010 – 2011, se passa à Comissão de Coordenação..... temos um exemplo, que o tema da proposta de Salvaguardas ainda não foi tratado.

Portanto, apesar de que nós tínhamos chegado a um entendimento de que isto estava quase aprovado, minha delegação poderia considerar tratá-lo no Grupo de Trabalho, mas não desejaríamos transferir esta responsabilidade diretamente à Comissão de Coordenação, porque temos um Plano de Ação aprovado, há um roteiro e isso, de alguma maneira, atrasaria toda essa execução e consideramos que um dos aspectos fundamentais da agenda da Associação é buscar um mecanismo para a melhor inclusão dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, através de suas empresas, ao processo de integração. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação do Paraguai.

Tem a palavra a Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidenta. No mesmo sentido que o Paraguai, também, entendíamos que a Resolução já estava aprovada no Grupo de Trabalho, mas, se o Brasil ainda necessita fazer consultas, podemos fazer uma nova reunião do Grupo de Trabalho, mas tampouco considero conveniente que seja apresentado à Conferência, já que se dilataria muito e temos um programa que cumprir, temos datas programadas, então, à margem disso, só estamos cumprindo com uma Resolução do Conselho de Ministros. Portanto, creio que o tema poderia ser tratado, facilmente, no Grupo de Trabalho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação da Bolívia. Tem a palavra o Equador.

Representação do EQUADOR (René Fernández Miño). Obrigada, Presidenta. Estou totalmente de acordo com os que me precederam no uso da palavra porque, realmente, devemos ser muito honestos, um pouco do que pecamos aqui, na ALADI, em determinado "tortuguismo", em alguns temas e esse "tortuguismo" vem quando são políticos, e é até determinado ponto compreensível, razão pela qual consideramos que um plano que está feito para dois anos, que foi produto de várias reuniões, poderíamos, indubitavelmente, obter após a finalização dos dois anos, a aprovação pela Comissão de Avaliação e Convergência ao ritmo que vai, principalmente por isso, razão pela qual adiro e creio que não é pertinente incluí-lo nesse fórum.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação do Equador. Não havendo mais observações tem a palavra a Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Muito obrigada, Presidenta. Como Coordenadora do Grupo entendemos e prevemos a possibilidade de continuar a trabalho nesse âmbito. Tampouco consideramos que deve passar à Conferência de Avaliação e Convergência porque não faz parte da agenda, ou seja, a Resolução 68 (XV) já está em andamento como resolução, independentemente disso, Presidenta, gostaria de ter uma indicação política com relação ao trabalho que estamos realizando no Grupo de Trabalho sobre este tema. Por outro lado, a maioria das delegações entende que estaríamos falando e regulamentando o Fundo Especial de Apoio aos PMDERs constituído mediante a Resolução 8 do Segundo Conselho de Ministros e necessitaria essa indicação que, inclusive, também, e repito, foi assim aprovado por este Comitê de Representantes na Ata 1092, quando informamos sobre a Reunião de Altos Funcionários.

Desejo fazer um comentário sobre o que, em seu momento, informamos desta Reunião e dissemos sobre esta Reunião de Altos Funcionários em relação ao Artigo Sexto da Resolução 68 (XV) referente ao Fundo de Apoio aos PMDERs. Os Altos Funcionários manifestaram que devido a que este Fundo constituiu-se mediante a Resolução 8 do Segundo Conselho de Ministros, de 2 de abril de 1984, a Secretaria deverá impulsionar a captação de recursos para o mesmo, em correspondência com a criação de projetos do Plano de Ação.

Valorizou-se, também, como alternativa que este Fundo pudesse incorporar uma porcentagem dos remanescentes do Orçamento da Associação, não utilizado, remanescentes que seriam distribuídos de forma solidária.

Este Relatório e seu conteúdo foram devidamente aprovados no momento em que foi apresentado. Acaba de ser aprovada agora a ata 1092 por este Comitê de Representantes. Quando o Grupo de Trabalho se dedicou a cumprir com esta Reunião de Altos Funcionários, observamos que esse Fundo ao qual se referia a Resolução 8 (II) não estava ainda regulamentado, porque sua regulamentação se parou no tempo e foi ali onde o Grupo decidiu retomar a regulamentação deste Fundo para sua definição.

Então, perguntaria a este Comitê de Representantes se estaríamos continuando com o trabalho no Grupo sobre a regulamentação deste Fundo, que entenderíamos seria o mesmo criado pelo Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Coordenadora. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Somente para esclarecer em relação à proposta que fiz de que o assunto poderia discutir-se no âmbito da Comissão de Coordenação ou, melhor dito, da Conferência de Avaliação e Convergência. Não tenho problema, como disse, isso é, sem prejuízo de que continuem as deliberações no âmbito do Grupo de Trabalho, mas o assunto, de fato, está no âmbito da Conferência, porque a proposta do Fundo está incluída dentro de documentos de Trabalho que circularam no âmbito da Conferência e da Comissão de Coordenação.

Creio que estava, se mal não lembro, em uma proposta que, em seu momento, apresentou a Bolívia para discussão no âmbito da Conferência. Portanto, não estou propondo nada novo, mas, às vezes, as discussões na Comissão de Coordenação podem resultar difíceis e se não há acordo para discuti-lo, não se discutirá, mas como disse, isso não impede que se continue com as discussões no âmbito do Grupo de Trabalho, mas na visão de minha delegação é algo que tem relação com as iniciativas de apoio aos PMDERs e que estão perfeitamente dentro da Conferência, mas, de nenhuma forma queremos com isto, se consideram que isto vai dificultar a consideração do tema, não é algo que nós vamos insistir.

Sim é importante continuar com a discussão e esclarecer os pontos que ainda ficam para esclarecer como, por exemplo, os que mencionou, em sua última intervenção, a Delegação de Cuba e cremos que as discussões, onde seja, no Grupo ou na Conferência, deverão chegar a um acordo sobre estes pontos e permitir uma decisão no momento mais breve possível, esperamos. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representante Alterno do Brasil. Não vejo mais pedidos de uso da palavra. Se os senhores consideram conveniente poderíamos solicitar ao Grupo de Trabalho que continue trabalhando sobre este tema, esperando que façam as correspondentes consultas às capitais e que se possa chegar a um acordo sobre o tema em geral. Se assim o consideram, essa poderia ser a decisão deste Comitê.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, Presidenta. Efetivamente esse é nosso entendimento. Agora, de forma mais direta, entendo que estamos falando sobre o Fundo criado pela Resolução 8 do Segundo Conselho de Ministros. Essa é a linha de trabalho que seguimos até agora e a regulamentação com a qual temos trabalhado e obtido, praticamente, um consenso.

Caso não for assim, gostaria, e isso foi o que solicitei, ter uma indicação de qual seria o programa de trabalho para tratar este Fundo e, principalmente, o mandato do Segundo Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada, Representação de Cuba. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Creio que o resumo que o senhor fez está perfeito. A questão que acaba de mencionar a Delegação de Cuba é um dos temas que seria melhor tratar de discuti-los ou de concluir a discussão em profundidade em nível do Grupo de Trabalho, para evitar que aqui comecemos a discutir, porque isso envolve questões técnicas e jurídicas de avaliação da relação entre as várias Resoluções, etc., e não creio que seja o mais adequado fazê-lo aqui, assim que eu indicaria este ponto mencionado por Cuba como uma das questões que se deveriam completar, em sua discussão, no Grupo de Trabalho. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representante do Brasil. Eu continuo com minha proposta. Não sei se tem aceitação. Já foi dito pelo Brasil que tem temas técnicos e jurídicos e não me atrevo a tratá-los. Creio que o Grupo de Trabalho os conhece muito bem e que pode continuar tratando-os da forma adequada.

Portanto, assim fica acordado.

#### 9. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos

...Passamos ao Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos. Tem a palavra a Representante Alternativa de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidenta. O grupo de Alternos, cumprindo o mandato do Comitê de Representantes teve duas reuniões nas que, juntamente com a Secretária, foram revisados os documentos que a Secretaria está trabalhando em função do mandato da CALC e nesse sentido trabalhamos de forma conjunta com a Secretaria na apresentação de duas matrizes para a conformação de um programa e das pautas de reuniões que deverão ter os países que estão participando desta iniciativa.

Em particular, como se conhece, a Secretaria deverá atender os temas econômico-comerciais e, portanto, a estas alturas, a Secretária enviou à Presidência da CALC as modificações que consideramos, conjuntamente, fazer a estas matrizes e na próxima Reunião do Grupo estaríamos tratando a proposta da Secretaria sobre o programa, as pautas das reuniões a realizar com os demais países que participam deste Trabalho da CALC. Obrigada, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação de Cuba, Coordenadora deste Grupo de Representantes Alternos.

#### 10. Assuntos diversos.

...Passamos o ponto 10, Assuntos diversos. Ofereço a palavra às delegações.

Nenhuma delegação. A Secretária tem alguma proposta ou algum tema para comentar?

Muito bem, a Secretária tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. A Secretaria-Geral da ALADI participou da Quinta Reunião do Comitê Ibero-americano de Nomenclatura, do Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduana da América Latina, Espanha e Portugal (COMALEP), realizada na Cidade do México, de 24 de outubro a 5 de novembro de 2011, a fim de continuar com os trabalhos relacionados com a Quinta Emenda do Sistema Harmonizado, aprovado pela Organização Mundial de Aduanas, a atualização dos textos da Versão Única em Espanhol das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado e o índice de critério de classificação da Organização Mundial de Aduanas.

Nessa Reunião a Secretaria-Geral da ALADI propôs que a próxima sessão do Comitê Ibero-Americano de Nomenclatura se realize em sua sede. O Comitê Ibero-Americano de Nomenclatura aceitou o oferecimento, ficando estabelecido que a Sexta Reunião se realize, o mais tardar, na segunda quinzena de abril de 2011.

A Secretaria do Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduana da América Latina, Espanha e Portugal (COMALEP) deverá ainda confirmar os dias exatos nos quais realizará, na sede da ALADI, essa Reunião .

Cabe mencionar que a ALADI unicamente apoiará com a logística do evento e não se encarregará de nenhuma outra despesa relacionada à mesma. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Obrigada pela informação fornecida pelo Secretário-Geral.

Não havendo outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão. Muito obrigado.

---